

STJ00119073

Amanda Bessoni Boudoux Salgado

FEMINICÍDIO NO DIREITO PENAL

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo,
Outono de 2023

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

SALGADO, AMANDA BESSONI BOUDOUX

Feminicídio no Direito Penal

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Feminicídio no Direito Penal - 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-210-6

1. Direito penal. 2. O Feminicídio. 3. Tipificação. 4. Conceito Sociológico. 5. Natureza Objetiva. 6. Natureza Subjetiva. 1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone e whatsapp: +55 11 9 9431 1922

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Prefácio.....	15
Apresentação	21
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	27

Introdução, 29

PRIMEIRA PARTE

Origens da Tipificação do Femicídio e Método Interpretativo, 37

CAPÍTULO 1

Femicídio: Conceito Sociológico, 39

1.1. Considerações iniciais.....	39
1.2. Surgimento e evolução teórica do termo “femicide”.....	40
1.3. Contexto regional: utilização do termo “femicídio” na América Latina.....	45
1.3.1. O papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos frente aos homicídios de mulheres.....	45
1.3.2. O caso “Campo Algodonero”.....	48
1.3.3. O caso Barbosa de Souza	61
1.4. Controvérsias terminológicas e a aproximação aos crimes internacionais	66
1.5. Desenvolvimento do fenômeno social: espécies de femicídio	73

CAPÍTULO 2

Femicídio: Conceito Jurídico-Penal, 81

2.1. Obstáculos iniciais à tipificação penal do femicídio.....	81
2.2. Modelos de tipificação penal do femicídio na América Latina.....	87
2.2.1. Costa Rica.....	91

2.2.2. Guatemala	94
2.2.3. El Salvador.....	96
2.2.4. Chile	98
2.2.5. Nicarágua.....	102
2.2.6. México	105
2.2.7. Argentina.....	108
2.2.8. Honduras	109
2.2.9. Bolívia.....	111
2.2.10. Peru.....	114
2.2.11. Panamá	116
2.2.12. Equador	117
2.2.13. Venezuela.....	118
2.2.14. República Dominicana	120
2.2.15. Brasil.....	122
2.2.16. Colômbia	123
2.2.17. Paraguai	125
2.2.18. Uruguai.....	126
2.2.19. Cuba	127
2.3. Síntese dos modelos e âmbitos de aplicação do feminicídio como categoria penal	129

CAPÍTULO 3

Feminicídio e Sistema de Circunstâncias, 133

3.1. Considerações iniciais	133
3.2. Teoria das circunstâncias: conceito e método	137
3.3. Circunstâncias do delito no sistema penal brasileiro: breves aspectos de lei, doutrina e jurisprudência	150
3.4. A delimitação entre injusto e culpabilidade no desenvolvimento da teoria do delito: consequências para a interpretação das circunstâncias ...	158
3.5. Elementos objetivos e subjetivos nas circunstâncias modificativas do delito	183
3.6. A crítica às circunstâncias agravantes baseadas em dados subjetivos e “elementos da atitude interna”	189
3.7. Comunicabilidade ou incomunicabilidade das circunstâncias	204

SEGUNDA PARTE

Perspectiva de *Lege Lata*, 207

CAPÍTULO 4

Fundamento Material da Qualificadora, 209

4.1. O fundamento material desde a proposta legislativa e a questão do sujeito passivo	209
4.2. Fundamentos possíveis.....	222
4.2.1 Violência contra a mulher nas relações íntimas e familiares.....	222
4.2.2. Vulnerabilidade da mulher frente aos agressores e ao sistema de justiça	228
4.2.3. O ódio à condição feminina.....	232
4.2.4. Tomada de posição: o fundamento-síntese.....	239
4.3. Especialização do fundamento.....	249
4.3.1. Igualdade, discriminação e sua proibição	249
4.3.2. Formas de discriminação.....	258
4.3.3. Discriminação e Direito penal	262
4.3.4. Igualdade como bem jurídico penal: fundamentos e características.....	280

CAPÍTULO 5

Natureza Jurídica do Femicídio, 297

5.1. Premissas teóricas	297
5.1.1. A teoria do delito como referência metodológica.....	297
5.1.2. Concepção de injusto.....	300
5.1.3. Concepção de culpabilidade.....	302
5.2. Natureza jurídica das hipóteses legais de femicídio	305
5.2.1. Inciso I: violência doméstica e familiar	309
5.2.2. Inciso II, primeira parte: menosprezo à condição de mulher.....	312
5.2.3. Inciso II, segunda parte: discriminação à condição de mulher	319
5.3. As causas de aumento de pena do femicídio.....	320
5.4. Recapitulação.....	324

CAPÍTULO 6

Natureza Objetiva ou Subjetiva da Qualificadora do Femicídio, 327

6.1. Considerações iniciais sobre a relevância da classificação das qualificadoras.....	327
6.2. Entendimentos sobre a natureza da qualificadora do feminicídio	329
6.3. Tomada de posição.....	333
6.3.1. A descrição do feminicídio por “razões”.....	333
6.3.2. Posição a partir das distintas hipóteses de feminicídio.....	335
6.4. Conclusões de <i>lege lata</i>	340
6.4.1. Conjugação do feminicídio com outras qualificadoras	340
Hipótese 1: feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar e motivo fútil.....	342
Hipótese 2: feminicídio por “discriminação à condição de mulher” e motivo torpe.....	342
Hipótese 3: feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar e para assegurar a impunidade de outro crime.....	343
Hipótese 4: feminicídio por “discriminação à condição de mulher” e contra agente de segurança, em razão dessa condição.....	345
6.4.2. Compatibilidade entre feminicídio e circunstâncias que atenuam a culpabilidade	347
6.4.3. Concurso de pessoas e comunicabilidade	354

TERCEIRA PARTE

Perspectiva de *Lege Ferenda*, 357

CAPÍTULO 7

Síntese das Teses Defendidas e Propostas, 359

7.1. Sobre a noção de racionalidade nas propostas legislativas penais	359
7.2. Sobre o conceito jurídico-penal de feminicídio.....	363
7.3. A distinção entre feminicídio e crime de ódio contra mulheres: de volta à questão dos motivos discriminatórios	378

7.4. Consequências da proposta de configuração do feminicídio	386
7.4.1. Inaplicabilidade da figura do homicídio privilegiado	386
7.4.2. Observância do princípio <i>ne bis in idem</i>	387
7.4.3. Concurso de pessoas	388

Conclusão, 391

Referências, 401